

# Nova equipe dos credores chega para fiscalizar

O Banco Central espera para os próximos dias uma nova visita dos economistas dos bancos credores, para montar as projeções de balanço de pagamentos do País e preparar a rolagem das amortizações que vencem a partir de janeiro. A orientação do presidente do BC, Affonso Celso Pastore, é no sentido da renegociação plurianual nos moldes do México, e para isso seus técnicos devem discutir com o Subcomitê de Economia também a situação das contas externas projetada para os próximos quatro anos, mesmo sabendo que os bancos tendem a aceitar apenas um esquema de curto prazo, por entenderem que o próximo governo vai querer rediscutir o endividamento externo.

A disposição brasileira de mais uma vez concordar com os banqueiros — que agora não querem mais emprestar ao País — não chegou a surpreender quem esperava apenas uma “renegociação-tampão” neste final de administração, envolvendo só os compromissos que deveriam ser pagos ao longo do próximo ano. Informado da posição dos banqueiros, durante a recente reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo preferiu adotar o caminho mais curto e rápido, deixando os problemas futuros para a próxima administração; sem pedir um novo empréstimo será possível fechar o pacote brasileiro até o fim do ano, o que não ocorreria se insistissemos no novo “jumbo”.

A equipe econômica que prepara os planos de Tancredo Neves já sabe que terá pela frente a ingrata tarefa de renegociar mais uma vez a dívida externa, abrindo a “fase quatro” ou talvez até conseguindo um esquema mais definitivo que possa surgir a partir da reunião internacional sobre endividamento, que o FMI e o Banco Mundial devem patrocinar em abril do próximo ano. O pior que pode acontecer no primeiro ano de governo da Aliança Democrática seria repetir a trilha do Governo Alfonsín, na Argentina, que tentou uma saída alternativa para a dívida externa

mas acabou retrocedendo no mês passado e assinando um acordo com o FMI nos mesmos moldes do Brasil de dois anos atrás.

O primeiro problema que se coloca é a necessidade do novo empréstimo que acaba de ser negado ao País. Tecnicamente, o País não precisa deste dinheiro agora, porque tem reservas de quase US\$ 7 bilhões, mas a situação daqui a um ano poderá ser muito diferente, principalmente se os juros internacionais voltarem a subir — como se espera — e se houver uma queda na produção agrícola e nas exportações brasileiras, em consequência da retirada dos subsídios e outros incentivos que já entrou em vigor. Se isto acontecer a situação para o novo governo será crítica já por ocasião da próxima assembleia do FMI/Banco Mundial, em setembro de 1985, na Coreia do Sul.

O pior de tudo é que não existem muitas alternativas além destas renegociações com os credores, como acaba de ser demonstrado pela Argentina. Ver o ministro Bernardo Grinspun falar bravo com os credores e, poucos dias depois, explicar candidamente o Memorando Técnico acertado com o FMI, apesar de toda a pressão interna contra o arrocho, fez os jornalistas brasileiros em Washington imaginarem como será daqui a um ano, com Olavo Setúbal ou Celso Furtado trocando as promessas de renegociação política, envolvendo os juros, por mais um pacote de rolagem que não interfere na transferência maciça de renda ao exterior.

Só mesmo a conjugação de uma série de fatores poderia alterar este quadro futuro. Se os juros internacionais subirem vários pontos percentuais, e os governos latino-americanos não conseguirem nem encaminhar as soluções internas para sair da recessão como inflação, é provável que volte a ganhar corpo a idéia de ação conjunta dos maiores devedores. Mas o governo americano é por demais sensível aos interesses de seus banqueiros e não deve permitir que a situação chegue a este ponto, abrindo espaço antes para uma renegociação política.